

SUMÁRIO

Prefácio	9
Nota do Autor à 9ª edição	11
Introdução	13

1ª Parte — Direito Sindical

Título I — Organização Sindical

1. Introdução ao Estudo do Direito Sindical	21
1.1. Denominação	21
1.2. Posição do direito sindical na ciência do direito — autonomia	25
1.3. Definição	30
1.4. Divisão	32
1.5. Princípios	34
1.6. Fontes do direito sindical	38
1.7. Relações do direito sindical	49
2. História do Sindicalismo	52
2.1. No mundo	53
2.2. No Brasil	63
3. Liberdade Sindical	76
3.1. Dimensões do sindicalismo depois de seu reconhecimento pelo Estado	76
3.1.1. Reconhecimento sob controle do Estado	77
3.1.2. Reconhecimento com liberdade sindical	78
3.2. Liberdade sindical	79
3.2.1. O modelo de liberdade sindical na visão da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	84
3.2.2. O modelo brasileiro e a liberdade sindical	87
4. Organização Sindical	106
4.1. Estrutura externa	106
4.1.1. O sistema confederativo	107
4.1.1.1. Sindicato: denominação, definição, objetivos e natureza jurídica	110

4.1.1.2. Federação e Confederação.....	117
4.1.1.3. Centrais sindicais.....	118
4.1.2. Criação das entidades sindicais.....	125
4.1.2.1. Registro das entidades sindicais.....	126
4.1.3. Fusão, incorporação, dissociação e extinção das entidades sindicais..	130
4.2. Estrutura interna.....	137
4.2.1. Órgãos das entidades sindicais.....	139
4.2.2. Receita e patrimônio das entidades sindicais.....	140
4.2.2.1. Contribuições sindicais.....	142

Título II — Atividades Sindicais

5. Atividades Sindicais.....	151
5.1. Função econômica.....	153
5.2. Função política.....	155
5.3. Função ética.....	157
5.4. Função negocial ou regulamentar.....	157
5.5. Função assistencial.....	159
5.6. Função de representação.....	160
6. Negociação Coletiva.....	162
6.1. Definição.....	163
6.2. Funções.....	165
6.3. Classificação.....	166
6.4. Princípios.....	168
6.5. Sujeitos.....	171
6.6. Procedimentos.....	174
6.7. Níveis.....	175
7. Contratação Coletiva.....	179
7.1. Denominação.....	180
7.2. Definição.....	182
7.3. Natureza jurídica.....	184
7.4. Divisão.....	188
7.5. Elementos essenciais.....	191
7.6. Sujeitos.....	192
7.7. Campo de aplicação.....	197
7.8. Conteúdo.....	202

7.9. Condições de validade	212
7.10. Duração e vigência.....	218
7.11. Eficácia e efeitos	221
7.12. Ultratividade	228
7.13. Negociação e contratação coletiva no serviço público	232

Título III – Conflitos Coletivos e Meios de Solução

8. Interesses Coletivos	236
9. Conflitos Coletivos	244
9.1. Conceito, denominação e objeto.....	244
9.2. Classificação.....	248
10. Meios de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho.....	254
10.1. Meios autocompositivos.....	256
10.2. Meios heterocompositivos.....	260
11. Ação Sindical Direta.....	272
11.1. Definição e denominação.....	272
11.2. Espécies: meios lícitos e ilícitos	275
11.2.1. <i>Lockout</i>	276
11.3. Greve.....	282
11.3.1. Breve evolução histórica.....	283
11.3.1.1. Evolução histórica no Brasil	285
11.3.2. Concepções	287
11.3.3. Conceito	289
11.3.4. Tipos.....	290
11.3.5. Natureza jurídica.....	291
11.3.6. Titularidade.....	294
11.3.7. Greve no Direito brasileiro.....	298
11.3.7.1. Greve no setor privado.....	301

2ª Parte – Comissão de Empresa

12. Representantes dos Trabalhadores	335
12.1. Definição e características gerais.....	336
12.2. Tipos.....	339
12.2.1. Representantes sindicais	341
12.2.1.1. Espécies	343

12.2.1.2. Atribuições	347
12.2.1.3. Prerrogativas	348
12.2.2. Representantes não sindicais.....	355
12.2.2.1. Espécies	356
12.2.2.2. Atribuições	359
12.2.2.3. Prerrogativas	360
13. Comissão de Empresa	365
13.1. Notícias históricas	366
13.2. Denominação.....	372
13.3. Definição	374
13.4. Natureza jurídica.....	378
13.5. Estrutura	381
13.6. Funções	385
13.7. Prerrogativas.....	392
14. Formas de Coexistência entre as Entidades Sindicais e as Formas Não Sindicais de Representação dos Trabalhadores	395
15. Inserção da Comissão de Empresa no Modelo Sindical Brasileiro: Proposta	401
Conclusão	411
Bibliografia	421